CRISE ECONÓMICA E MÁ GESTÃO NA BANCA EM PORTUGAL E UMA SUPERVISÃO QUE DEIXA DE FORA ÁREAS ESSENCIAIS

A banca em Portugal continua a debater-se com graves debilidades, e é de prever que tal situação se mantenha ainda por mais anos. Os colapsos/implosões do BPN, do BPP, do BES e agora do BANIF, e as ajudas a outros bancos já custaram mais de 13.500 milhões € aos contribuintes portugueses e aqueles que tinham investido nesses bancos as suas poupanças (*e estou aqui apenas considerar as pequenas poupanças*), Tudo isto são a consequência de uma crise profunda que abala todo o sistema bancário português.

A situação a que chegou a banca em Portugal resulta da ação conjugada de vários fatores. Neste estudo vamos analisar apenas os associados às consequências da crise e da má gestão e, em muitos casos, à gestão danosa que, num contexto de grave crise económica e social, torna os seus efeitos mais graves, visíveis e difíceis de serem absorvidos (*num contexto de crescimento económico seriam mais facilmente disfarçados e absorvidos, como sucedeu no passado durante muitos anos*) a que se junta uma supervisão presente mas ainda não suficiente, já que ainda deixa de fora áreas que consideramos fundamentais, como procuraremos mostrar neste estudo Para isso, observe-se o quadro 1, cujos dados foram retirados dos Boletins Estatísticos do Banco de Portugal.

Quadro 1- Produto bancário, custos com pessoal, imparidades e crédito

ANO/ Mês	DADOS DA CONTA DE RESULTADOS CADA ANO					DADOS DO BALANÇO		
	Produto bancário Milhões € (1)	Custos com o pessoal Milhões € (2)	Imparidades e outras correções de valor líquidas contabilizadas em cada ano (3) Milhões €	Custos Pessoal % Produto Bancário (4)=(2):(1)	Imparidades % Produto Bancário (5)=(3):(1)	Credito Bruto Milhões € (6)	Imparidades Acumuladas Milhões € (7)	% que Imparidades acumuladas representam do credito bruto (8)=(7):(6)
2007 Dez	13.959	4.057	1.727	29,1%	12,4%	301.118	6.764	2,2%
2008 Dez	13.924	4.192	4.063	30,1%	29,2%	332.202	9.542	2,9%
2009 Dez	13.729	4.219	3.522	30,7%	25,7%	332.999	12.017	3,6%
2010 Dez	13.751	4.350	3.566	31,6%	25,9%	331.089	12.153	3,7%
2011 Dez	12.933	4.382	6.645	33,9%	51,4%	313.952	15.164	4,8%
2012 Dez	12.896	4.009	7.272	31,1%	56,4%	314.767	18.515	5,9%
2013 Dez	9.907	3.886	6.055	39,2%	61,1%	291.468	19.452	6,7%
2014 Jun(6 meses)	5.114	1.814	4.398	35,5%	86,0%	286.786	21.776	7,6%
SOMA	96.213	30.909	37.248	32,1%	38,7%			
2007-2013/14 (Dif.)	-4.052	-171	4.328			-14.332	15.012	
VARIAÇÃO %	-29,0%	-4,2%	250,6%	35,0%	394,0%	-4,8%	221,9%	238,0%

FONTE: Boletim Estatístico - Dezembro de 2015 - Banco de Portugal

Os dados do quadro anterior, que são os últimos divulgados pelo Banco de Portugal (*Boletim de Dez.2015*), dão um retrato objetivo, porque é feito através da linguagem fria dos números oficiais, de alguns aspetos da situação da banca em Portugal. Para poderem ser facilmente compreendidos interessar recordar o conteúdo de alguns conceitos utilizados na banca, nomeadamente “*Produto bancário*” e “*Imparidades*”.

O primeiro - *Produto Bancário* – está muito próximo do conceito de “Valor acrescentado” utilizado em outros setores da atividade económica. É o “*novo valor criado*” pela banca (*o mais correto seria dizer, apropriado pela banca de outros setores*) que depois é utilizado para suportar os seus custos operacionais (pessoal, administrativos, e amortizações), assim como as “*Imparidades*” e, o que resta, é destinado ao pagamento de impostos e a lucros (os retidos e os distribuídos). As “*Imparidades*” correspondendo ao crédito concedido que se prevê, com fundamento, que não será reembolsado pelos devedores bem como à desvalorização de ativos financeiros. As “*imparidades*” são assim uma espécie de “*provisões*” que, por razões económicas, se constituem com o objetivo de suportar a perda de credito ou a redução do preços dos ativos financeiros, e cuja constituição gera custos (*que determinaram ou uma redução de lucros, ou um aumento de prejuízos*). No entanto, esse credito só se torna irrecuperável quando se abate/anula utilizando as imparidades.

Os dados do quadro 1 permitem tirar algumas conclusões importantes. Em primeiro lugar, eles revelam uma quebra muito acentuada do “Produto bancário” de toda a banca (*entre 2007 e 2013, diminui de 13.959 milhões e para apenas 9.907 milhões €, ou seja, em -29%*), o que resulta da grave crise económica e social que certamente se irá prolongar por mais anos (*para quem esteja na banca, é evidente a quebra acentuada do “negócio bancário” devido à falta de clientes que possam dar garantia do pagamento do crédito concedido*). Em segundo lugar, as “imparidades” dispararam, ou seja, o crédito concedido que se prevê, com fundamento, que não será recebido aumentou significativamente (*entre 2007 e 2013, as “imparidades” registadas em cada ano tiveram um aumento de 250,6%, pois passaram de 1.727 milhões em 2007 para 4308 milhões € em 2013*). No período 2007-Jun.2014 a banca teve de constituir 37.248 milhões € de “Imparidades” devido ao crédito concedido que prevê não receber. Para se poder avaliar as consequências desta situação interessa ainda referir que, em 2013, as “Imparidades” constituídas e registadas neste ano representaram 61,1% do Produto Bancário, enquanto os “Custos com Pessoal” corresponderam apenas a 39,2%; e, no 1º sem.2014, as imparidades absorveram 86% do Produto Bancário, enquanto os custos de pessoal corresponderam apenas 35,5% do Produto Bancário.

As “Imparidades” (*e tenha-se presente que estamos apenas a analisar as registadas no crédito, mas existem também nos ativos financeiros, e são também elevadas*) resultam, muito delas, de crédito concedido ou sem uma adequada e correta análise de risco, ou por decisão discricionária da administração, podendo contrariar os pareceres dos serviços, ou então é crédito concedido sem quaisquer garantias, sendo a principal causa dos enormes prejuízos que a banca tem apresentado, e da delapidação dos seus capitais próprios e, conseqüentemente, da situação difícil que enfrenta atualmente a banca em Portugal.

É evidente que uma parte importante destas “imparidades” é consequência, não da crise, mas fundamentalmente de má gestão, e mesmo de gestão danosa dos banqueiros, pela qual, na maior parte dos casos, continuam a não ser responsabilizados quer pelo supervisor, quer pelas autoridades judiciais, quer ainda pelos sucessivos governos, não tendo sido tomadas medidas preventivas para evitar a sua repetição no futuro.

Mas para além desta situação existe outra, revelada nos dados do Banco de Portugal que tem passado despercebida quer à opinião pública quer à comunicação social que tem tratado esta matéria. No período 2007-Jun.2014, foram constituídas na conta de “Resultados” dos bancos (coluna 3), 37.248 milhões € de “Imparidades”, enquanto o saldo da conta “Imparidades acumuladas” (coluna 7) do Balanço dos bancos aumentou apenas em 15.012 milhões €, pois passou de 6.764 milhões € para 21.776 milhões €. Isto significa que mais de metade das “Imparidades” constituídas neste período já foram utilizadas porque uma parcela importante do crédito concedido já foi totalmente perdido e limpo do Balanço dos bancos tendo sido transferidos para uma conta fora do balanço denominada “Créditos abatidos ao Ativo”. Nesta conta extrapatrimonial os bancos tem registado milhares de milhões de euros de crédito concedido que já foi perdido. Seria importante que o supervisor analisasse, ou mandasse analisar, as causas e os responsáveis das enormes perdas registadas nessa conta extrapatrimonial. A banca, com o objetivo de limpar o balanço e reduzir as necessidades de capital, tem também vendido carteiras enormes de crédito, nomeadamente a fundos americanos, a preço reduzido, para não dizer de saldo, cujo valor, muitas vezes, também não é fiscalizado pelo supervisor, e que tem passado despercebido à opinião pública. Apesar destas limpezas dos Balanços, em Junho de 2014, ainda se previa (*colunas 6 e 7 do quadro 1*) que mais 21.776 milhões € dos 280.786 milhões € de crédito bruto concedido seriam perdidos.

A SITUAÇÃO NOS PRINCIPAIS BANCOS A OPERAR EM PORTUGAL

O quadro 2 permite fazer uma análise mais fina, porque banco a banco, dos nove principais bancos a operar em Portugal, em relação à constituição e utilização de “imparidades”, o que dá uma informação importante sobre a sua situação atual da banca.

Quadro 2 – Soma das Imparidades de crédito constituídas e aumento das imparidades acumuladas

BANCOS	Soma das "Imparidades" constituídas em cada ano do período considerado Milhões €	Acrescimento verificado no período na conta de Balanço "Imparidades acumuladas" Milhões €	% que soma de imparidades constituídas no período considerado representa do crédito bruto médio do período considerado
BPI (período 2007-Jun2015)	1.208,0	619,4	4,91%
BCP (período 2007/Jun2015)	7.236,9	2.453,7	10,66%
BANIF (período 2007/jun.2015)	1.526,2	824,3	16,87%
CREDITO AGRICOLA (período 2007/Jun.2015)	811,4	612,1	9,70%
MONTEPIO (período 2007/Jun.2015)	1.658,3	1.147,6	11,64%
CGD (período 2007/Jun.2015)	4.977,4	3.487,1	6,42%
SANTANDER-TOTTA (período 2007/Jun.2015)	1.184,3	734,4	4,05%
SOMA	18.602,3	9.878,6	8,06%
BES (período 2007/2013)	3.586,7	2.453,7	7,14%
NOVO BANCO (período 2014-Jun.2015)	630,5	237,1	1,6%

FONTE: Estudo sobre o Sistema Financeiro Português - 2007/2015 - E.R.

Os sete principais bancos a operar em Portugal (BPI, BCP, BANIF, Credito Agrícola, Montepio, CGD e Santander-Totta, e não incluímos o BES e o Novo Banco por falta de dados que permitissem tirar conclusões consistentes) constituíram, no período 2007-Junho2015, 18.6012 milhões € de imparidades (um valor enorme) que registaram em contas de Resultados. No entanto, neste período o aumento do saldo da conta de Balanço denominada "Imparidades acumuladas" teve um acréscimo apenas de 9.878,6 milhões €. Isto significa que uma parcela importante das "Imparidades" constituídas foram utilizadas para abater/anular (*right-off na linguagem bancária*) crédito que foi considerado impossível de ser recebido e, por isso, considerado totalmente perdido. É por esta razão também que a leitura das contas anuais não permitem ficar com uma informação completa do valor destruído pela banca. Para além disso, o quadro 2 contém um rácio importante – percentagem que as imparidades constituídas no período representam em relação ao crédito bruto concedido – ficando claro por que razão o BANIF soçobrou, e revelando também que o BCP (10,66%), o Credito Agrícola (9,7%) e o Montepio (11,64%) apresentam valores superiores à média ponderada do setor que é de 8,06%.

Apesar destas perdas enormes destes bancos, no fim do 1º sem.20015, o BPI ainda previa perder por imparidades 1.036,6 milhões € (3,94%) de 26.305,6 milhões € de crédito bruto; o BCP previa perder 3.482,7 milhões € (6,09%) de um total de 57.163,8 milhões € de crédito bruto; o Novo Banco 5.130,4 milhões € (12,81%) de 40.060,3 milhões € de crédito bruto; o BANIF 1.050,6 milhões € (13,29%) de 7.705,6 milhões € de crédito bruto total; a Caixa Económica Montepio previa perder 1.383,9 milhões € (8,33%) de 16.612 milhões € de crédito bruto; a CGD previa perder ainda 5.230,3 milhões € (7,26%) de 72.092 milhões € de crédito bruto que tinha concedido; e o Santander-Totta previa ainda perder 1.200,6 milhões € (4,5%) dos 26.673 milhões € de crédito bruto concedido. São valores enormes, já contabilizados como custos, que dão uma ideia clara da dimensão da destruição de valor causada, não apenas pela crise económica e social, mas também por atos de má gestão ou mesmo de gestão danosa que é preciso por cobro para não serem nem os contribuintes nem os depositantes a pagarem.

QUE SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO SÃO TAMBÉM NECESSÁRIAS?

Para quem conheça o funcionamento da banca, sabe bem que um dos grandes riscos causadores das enormes imparidades e, conseqüentemente, dos elevados prejuízos que delapidaram os capitais próprios, é a ausência de responsabilização por má gestão e, por vezes, até por gestão danosa. Há uma impunidade muito grande a nível da banca relativamente à concessão de crédito decidida pelos membros do conselho de administração. O comportamento habitual do supervisor é constatar as conseqüências de má gestão e exigir que se constitua a respetiva imparidade e, no caso de ter delapidado o capital próprio do banco, causando que os rácios de capital tenham descido abaixo do consentido, exigir a recapitalização da instituição financeira. Desta forma, muito daquele crédito com "imparidades" acaba por ser abatido/anulado e se perder, ficando esquecido, no "buraco

negro”, que é a conta extrapatrimonial que todos os bancos têm com centenas e centenas de milhões de euros, denominado “Créditos abatidos ao ativo”. E nada tem sido feito para apurar responsabilidades (se as houve) com o objetivo, pelo menos, de que tais atos causadores de enormes perdas não se repitam. E assim se deixam criar e acumular situações que acabam, em muitas casos, por causar o colapso do próprio banco, como se tem assistido em Portugal. Uma intervenção ativa do supervisor nesta área, passando de uma posição passiva para uma mais interveniente, criaria naturalmente uma cultura a nível gestão mais exigente, de rigor e de responsabilização.

À situação referida anteriormente ainda se juntam outras que agravam o risco, com consequências graves eventuais, que era urgente que fossem também alteradas. A primeira, permitida pelo próprio Banco de Portugal, é concentração no mesmo grupo de consultoria das funções de Revisor Oficial de Contas e de auditor externo que todos os bancos têm. Os “3 BIGS” da consultoria (PwC, Deloitte e KPMG), são simultaneamente, nos bancos em que estão, ROC’s e auditores externos, o que aumenta a sua dependência em relação à entidade que paga, que é o próprio banco que é auditado por elas (*nenhuma empresa, quer perder um negócio de milhões euros anuais*). Em segundo lugar, o órgão de fiscalização interna estabelecido por lei, que é o conselho geral e de supervisão, acaba por não fazer uma fiscalização efetiva da atividade do conselho de administração como determina a própria lei (artº 441 do CSC). Poucos membros deste órgão se atrevem a fazê-lo com receio de desagradar o todo poderoso conselho de administração. E aqueles que procuram fazê-lo ou são sujeitos ao ostracismo no interior da própria instituição ou então são muitas vezes impedidos de o fazer, por não lhe fornecerem a informação necessária ou então, não havendo tal recusa, por meio de pretextos para adiar a sua entrega com o objetivo de que desistam. A confirmar isso está a confissão pública feita por um antigo administrador “independente do BES numa entrevista a um jornal diário de que “*entrava calado e saía mudo*” das reuniões do conselho de administração” deste banco. E apesar desta confissão pública de omissão e irresponsabilidade parece que nada lhe aconteceu (pelo menos, nada veio a público)

Uma fiscalização interna eficaz feita pelos órgãos internos que, por lei, devem fiscalizar a atividade do conselho de administração dos bancos é fundamental. Mesmo que haja uma boa supervisão do Banco de Portugal, ela continua a ser indispensável para introduzir na instituição uma cultura de rigor e de responsabilização, condição necessária para impedir atos de má gestão ou de gestão danosa. A existência de órgãos de fiscalização, a funcionar efetivamente, é necessária para completar a supervisão feita pelo Banco de Portugal. Sem ela a supervisão do banco de Portugal será sempre, a nosso ver, insuficiente e incompleta. Mas para que isso aconteça é fundamental que haja controlo do supervisor com o objetivo de garantir que esse órgão faça uma fiscalização real e não submissa ao conselho de administração. Na intervenção inicial que o governador do Banco de Portugal fez em 17.11.2014 na Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BES/GES, na parte dedicada a “*Lições para o futuro*” disse uma coisa muito importante, que transcrevemos na íntegra: “*Em particular, importa garantir que os órgãos de fiscalização exercem as funções que a lei lhes atribuiu de forma plena e eficaz. Atendendo à complexidade das instituições que desenvolvem atividade bancária, este órgão deve funcionar em permanência e não numa lógica de reuniões periódicas trimestrais ou mensais, pois só assim será possível garantir um acompanhamento eficaz e a tomada de decisões tempestivas*”. A pergunta que naturalmente se coloca é esta: Alguma coisa mudou nesse sentido? Tem o Banco de Portugal supervisionado para que tal aconteça? E a resposta que temo é que tenha ser dada é NEGATIVA. Apesar da lição do BES/GES parece que pouco, ou mesmo nada, se alterou nesta área. Onde estiveram os órgãos de fiscalização interna nos casos do BPN, BPP, do BES e agora do BANIF, e como funcionam os órgãos de supervisão nas restantes instituições financeiras? Esperemos que com o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BANIF, a situação se venha a alterar finalmente nesta área fundamental para a segurança da banca e dos depositantes, o que não aconteceu com o BES/GES.

Eugénio Rosa, economista, edr2@netcabo.pt , 10.1.2016